

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS DO MUNICÍPIO DE AMAJARI: CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ELABORAÇÃO E SUAS DIMENSÕES

Thays Cristine Soares de Carvalho; José Roberto Linhares de Mattos;

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. thays.carvalho@ifrr.edu.br, jrlinhares@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo do trabalho é apontar a importância de um Projeto Político Pedagógico nas escolas indígenas sobre as ações em suas diversas dimensões. A escola é o espaço de desenvolvimento e aprendizagem, e envolve todas as experiências contempladas nesse processo, considerando tudo como significativo, como os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Amajari conta com uma população de aproximadamente de 10 mil habitantes entre índio e não índio, tendo 18 (dezoito) comunidades indígenas localizadas em ilhas Demarcadas e Homologadas; As vilas como do Tepequém, vila de maracá, assentamentos; como Bom Jesus, Mentista, e Projeto Amajari e pequenos e médios pecuaristas, a sede do município com próprio nome da região. Conforme levantamento feito pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima, através da Ação 20 RJ¹, as escolas indígenas do estado de Roraima em um percentual elevado, não possuem Projeto Político Pedagógico, o município de Amajari, como já supracitado, pela população indígena, existe muitas escolas indígenas e com isso, o Projeto Político pedagógico ainda não é uma realidade dessas escolas, seja por esse documento ainda não está concluso, ou mesmo iniciado a elaboração do mesmo. Para a realização desse estudo, foi adotada a metodologia da pesquisa-ação, por ser uma abordagem investigativa que permite um desempenho ativo dos pesquisados e do pesquisador na realidade do campo investigado. O que possibilita aos sujeitos desse processo uma reflexão sobre as problemáticas identificadas, bem como, a efetivação de uma ação consciente na realidade onde estão inseridos. Segundo Medel (2008), a pesquisa-ação já se constitui passo preliminar para a avaliação do PPP. Essa pesquisa proporciona um processo de reflexão-ação-reflexão que ajuda aos agentes que fazem parte da escola se sentirem sujeitos ativos e modificadores da realidade. O processo de construção do Projeto Político Pedagógico é coletivo, ou seja, deve ser realizado a partir da ação dialógica por todos os envolvidos no processo educacional da instituição de ensino. É preciso destacar que, o PPP vai além da dimensão pedagógica, nele perpassam também as dimensões da gestão financeira e administrativa, “combustíveis” necessários para o funcionamento da escola. As dimensões do Projeto Político Pedagógico são importantes considerando que é uma reconstrução de identidade dos sujeitos, das novas concepções da educação, a elaboração do PPP visa melhorar a qualidade pensando, sobretudo na aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

¹ Sigla usada na LOA para indicar recursos alocados para ações de Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica, os quais foram incluídos na Matriz Orçamentária do IFRR em 2014.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Escolas Indígenas; Elaboração; Dimensões.

INTRODUÇÃO

A escola é o espaço de desenvolvimento e aprendizagem, e envolve todas as experiências contempladas nesse processo, considerando tudo como significativo, como os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes segmentos.

O projeto político pedagógico das escolas indígenas é um documento primordial. É um elemento de identidade da escola, que valoriza a cultura, garante suas práticas, viabiliza a gestão, suas metas, objetivos, sua especificidade curricular e avalia o seu funcionamento.

O município de Amajari foi criado em 17 de outubro de 1995, pela Lei Estadual de nº 097, e está localizado ao Norte do Estado de Roraima, ao sul com os municípios de Alto Alegre e Boa Vista, ao Leste com o município de Pacaraima, pelo Norte/ Oeste com a República da Venezuela, com uma área total de 28.598,4 Km² e ocupa 12,70% do Estado de Roraima.

Amajari conta com uma população de aproximadamente de 10 mil habitantes entre índio e não índio, tendo 18 (dezoito) comunidades indígenas localizadas em ilhas Demarcadas e Homologadas; As vilas como do Tepequém, vila de maracá, assentamentos; como Bom Jesus, Mentista, e Projeto Amajari e pequenos e médios pecuaristas, a sede do município com próprio nome da região.

Conforme levantamento feito pela Secretaria de Educação do Estado de Roraima, através da Ação 20 RJ², as escolas indígenas do estado de Roraima em um percentual elevado, não possuem Projeto Político Pedagógico, o município de Amajari, como já supracitado, pela população indígena, existe muitas escolas indígenas e com isso, o Projeto Político pedagógico ainda não é uma realidade dessas escolas, seja por esse documento ainda não está concluso, ou mesmo iniciado a elaboração do mesmo.

Tendo em consideração que o Projeto Político Pedagógico procura construir a identidade da escola, traçando seu direcionamento e o comprometimento dos membros da comunidade escolar indígena em torno de uma visão única e coletiva de educação escolar

² Sigla usada na LOA para indicar recursos alocados para ações de Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica, os quais foram incluídos na Matriz Orçamentária do IFRR em 2014.

indígena apresento este projeto de pesquisa que visa fomentar a importância das escolas indígenas possuírem o Projeto Político Pedagógico, bem como o impacto pedagógico desse relevante documento para a instituição escolar. O objetivo do trabalho é apontar a importância de um Projeto Político Pedagógico nas escolas indígenas sobre as ações em suas diversas dimensões.

É necessário considerar que o projeto político-pedagógico, segundo Veiga (1995) “é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que é constitutiva” (1995, p.13).

Diante dessa perspectiva cabe ressaltar que no interior das escolas indígenas as relações ocorrem de forma diferenciada. As comunidades indígenas têm uma lógica própria de organização e suas políticas internas resultam em interferências diretas nas ações escolares.

METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foi adotada a metodologia da pesquisa-ação, por ser uma abordagem investigativa que permite um desempenho ativo dos pesquisados e do pesquisador na realidade do campo investigado. O que possibilita aos sujeitos desse processo uma reflexão sobre as problemáticas identificadas, bem como, a efetivação de uma ação consciente na realidade onde estão inseridos. Segundo Medel (2008), a pesquisa-ação já se constitui passo preliminar para a avaliação do PPP. Essa pesquisa proporciona um processo de reflexão-ação-reflexão que ajuda aos agentes que fazem parte da escola se sentirem sujeitos ativos e modificadores da realidade.

Uma pesquisa pode ser qualificada de pesquisa-ação quando houver realmente uma ação por parte das pessoas implicadas no processo investigativo, visto partir de um projeto de ação social ou da solução de problemas coletivos e estar centrada no agir participativo e na ideologia de ação coletiva.

Segundo Thiollent (2007) com a “orientação metodológica da pesquisa-ação esperam-se produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, inclusive ao nível pedagógico. Tal orientação contribuiria para o esclarecimento das microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes” (2007, p. 81).

Com isso a escolha pela pesquisa-ação é devido a ser forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de

um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais.

Nesse estudo, a pesquisa bibliográfica também foi utilizada como recurso metodológico para aprofundar as reflexões e discussões sobre os as razões, conceitos que fundamentarão esta pesquisa. Para tanto, foram realizadas pesquisas em livros, revistas, artigos de autores que discutem a temática em foco.

Foram realizadas pesquisas em sites, leis, normas, regulamentos e documentários. A pesquisa de campo também foi utilizada tendo em vista, a necessidade de estar perto das comunidades, conversando e sensibilizando a comunidade interna das escolas indígenas, público alvo da pesquisa. Para tanto, foram realizados encontros com professores, gestores, famílias, comunidade, representante da comunidade com o objetivo de promover discussões e reflexões acerca da relevância do Projeto Político Pedagógico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de construção do Projeto Político Pedagógico é coletivo, ou seja, deve ser realizado a partir da ação dialógica por todos os envolvidos no processo educacional da instituição de ensino. Na presente explanação, corroboramos Veiga (1995), quando diz que o PPP é a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo, sendo construído e vivenciado em todos os seus momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. Nesse sentido, esse documento retratará a identidade da escola e, sobretudo, será o instrumento norteador das suas ações.

A lei de diretrizes e bases Lei nº 9394/96 vem fomentar a importância da elaboração do projeto político pedagógico. Conforme está registrado na legislação:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

É preciso destacar que, o PPP vai além da dimensão pedagógica, nele perpassam também as dimensões da gestão financeira e administrativa,

“combustíveis” necessários para o funcionamento da escola. Conforme esclarece Medel (2008, p. 51):

O PPP não se mostra um mero documento estático a ser “guardado na gaveta”, e sim como um instrumento dinâmico e democrático capaz de representar e orientar a vida da escola. Essas dimensões são permeadas pelos aspectos socioculturais, características da realidade local na qual a escola está inserida. A sua compreensão pode transformar a escola em um espaço de mudanças, a partir do trabalho coletivo e da vontade dos seus próprios atores.

Podemos salientar que a escola só terá desempenhado sua função social, quando todos que nela atuam, estiverem envolvidos concretamente, não apenas no âmbito do discurso, na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) que aborde as aspirações e perspectivas da comunidade.

Como salienta Medel (2008), o Projeto Político Pedagógico orienta o planejamento das ações, a organização do trabalho da escola e a própria prática pedagógica. E que é necessário definir coletivamente durante a construção do PPP, as normas para um bom funcionamento do trabalho da escola.

Recorrendo a literatura constata-se que a questão da elaboração do Projeto Político-pedagógico de forma coletiva aparece como elemento central para a efetivação da gestão democrática. De acordo Bussman (1995), a elaboração desse documento deve se efetivar como um elemento de reflexão das ações da escola, pensado como um processo em contínua construção.

Conforme a afirmação de Thiollent de que “no contexto de construção ou reconstrução do sistema de ensino, não basta descrever ou avaliar. Precisamos produzir ideias que antecipem o real ou delineiem um ideal” (2007, p. 81).

O projeto político pedagógico é um projeto pedagógico, pois trata-se do planejamento da escola, ou seja, nesse documento a comunidade escolar debaterá sobre quais os rumos que escola pretende percorrer e a quem ela deve atender, esboçando assim nesse projeto a qualidade de ensinar e aprender. Sobre o projeto ser político destacamos:

Alguns educadores indagam se a presença do “Político” não seria redundância, uma vez que toda ação pedagógica é também política por visar formar o cidadão. Concordamos, mas consideramos importante manter o político para jamais descuidarmos desta dimensão tão decisiva do nosso trabalho, não nos esqueçamos dos coeficientes de poder presentes nas práticas educativas e nas suas interfaces com a

sociedade como um todo. (VASCONCELOS, 2013, p. 19).

No ensino público, um dos princípios é a gestão democrática, nessa gestão a elaboração do projeto político pedagógico tem o envolvimento de toda a comunidade interna e externa, assumem sua parte de responsabilidade de elaboração do PPP. Com a autonomia e criatividade de cada participante o projeto político pedagógico, que será rico em ações para a melhoria da qualidade educacional.

Superar a visão conservadora e extrapolar o centralismo burocrático pressupõe o envolvimento de diferentes instâncias que atuam no campo da educação, além do coletivo da escola, na construção de seu projeto político-pedagógico, exprimindo sua intencionalidade pedagógica, cultural, profissional e construindo um modelo de gestão que podemos entender como democrático. (VEIGA, 2012, p. 55)

A gestão da escola tem papel importante em deixar o Projeto Político Pedagógico “vivo”. Muitas vezes o projeto é invisível para a comunidade interna e externa da escola. Um sentimento de pertencimento é o que cada participante na elaboração do PPP precisa ter dentro do documento. O projeto é uma amplitude para além do seu instrumento físico, as suas ações precisam dialogar, com o dia a dia da escola e melhorar o que já tem.

Cada escola tem suas necessidades e potencialidades próprias, por isso cada projeto tem a identidade de cada escola. Para Vasconcellos “o projeto é justamente o método que visa ajudar a enfrentar os desafios cotidianos da escola, só que de uma forma refletida, sistematizada, orgânica, científica, e, o que é essencial, participativa ” (2014, p. 172).

É comum que o projeto político pedagógico fique engavetado e desatualizado e se tornar um instrumento burocrático, um documento para ser entregue na secretaria é necessário tornar o PPP um documento palpável onde toda a comunidade interna e externa.

Transpondo essa reflexão para o processo de construção do projeto pedagógico, é possível reconhecer nos atores envolvidos em sua discussão sujeitos de um fazer e de um saber, na medida em que o referido projeto pode mediatizar as relações que eles- pais, alunos, professores, corpo técnico-administrativo, pessoal de apoio e direção-estabelecem com a sociedade e o conhecimento. (SOUSA, 2012, p.224)

A construção do projeto político pedagógico apenas visando cumprir um protocolo exigido pela secretaria de educação não garante escolas delinearem o caminho a seguir e as metas a serem alcançadas. O projeto político pedagógico é um

documento em constante reconstrução. Nessa perspectiva, Resende (1995, p.92), considera que:

Um projeto político pedagógico corretamente construído não garante a escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, mas certamente permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor suas potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. Assim será possível pensar em um processo de ensino-aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças.

Diante do exposto e das vivências durante o desenvolvimento do projeto na escola indígena foi constatado as mudanças, sobretudo no modo de pensar na elaboração do Projeto Político Pedagógico, e principalmente os desafios que precisam ser superados, a realização pesquisa, bem como nas visitas as escolas, propiciou que fosse discutido acerca da realidade das escolas indígenas das dimensões pedagógicas e políticas que é esse documento traz a dinâmica cotidiana da escola.

É notório na comunidade interna escolar que existe o desejo de que seja elaborado esse documento tão necessário, porém o que ainda falta é a conscientização da relevância do documento e de sua finalidade para a instituição escolar. Segundo Gadotti (2004) “o projeto pedagógico da escola sempre é um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola” (2004, p. 16).

CONCLUSÕES

O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico é momento rico, pois durante a sua construção que a escola é repensada e a produção de saberes acontece. É óbvio que esse processo deve ser uma construção dialógica, momento democrático, para que a participação ativa seja possível, e todos os segmentos participem, e a escola crie e construa a sua identidade e autonomia. Discutido coletivamente, é onde a prática educativa é repensada, resignificada e o compromisso com a educação é restabelecida por todos.

Destarte, as dimensões do Projeto Político Pedagógico são importantes considerando que é uma reconstrução de identidade dos sujeitos, das novas concepções da educação, a elaboração do PPP visa melhorar a qualidade pensando, sobretudo na aprendizagem e

desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC Lei nº. 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996.

BUSSMAN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. Campinas: Papirus Editora, 1995.

GADOTTI, Moacir. Projeto político-pedagógico da escola cidadã. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (Orgs). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas, SP: Autores associados, 2008.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves. Paradigma- relações de poder- projeto político pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

SOUSA, José Vieira. A identidade do sujeito social, ético e político e o projeto pedagógico da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político pedagógico**. 9ª. ed. Campinas: Editora Papirus, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 15ª ed. São Paulo: Ed. Libertad, 2013.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). **As dimensões do projeto político pedagógico**. 9ª. ed. Campinas: Editora Papirus, 2012.